



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 02/03/2015 19:19:01, faço estes autos conclusos ao
 MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr.
 Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0006136-13.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Sandra Maria Caetano**
 Requerida: **Pró Preços Comércio de Artigos do Vestuário Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Sandra Maria Caetano move ação em face de **Pró Preços Comércio de Artigos do Vestuário Ltda**, dizendo que seu nome foi injustamente negativado no SCPC, por iniciativa da ré, que averbou essa negativação por uma dívida de R\$ 50,80, desde 10.06.2009, mas a autora jamais celebrou contrato com a ré que pudesse justificar a exigibilidade dessa dívida. A negativação lhe causou danos morais, por isso pede a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional para cancelar a negativação, bem como condenar a ré a lhe pagar indenização por danos morais em valor a ser arbitrado judicialmente. Documentos às fls. 11/19.

A antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional foi concedida à fl. 20. A ré foi citada por edital à fl. 71. A Defensora Pública, nomeada Curadora, contestou à fl. 74 por negativa geral.

É o relatório. Fundamento e decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do art. 330, do CPC. A prova é meramente documental e se encontra nos autos. Dilação probatória apenas protrairia o julgamento da lide e nada acrescentaria de útil ao acervo probatório.

A autora teve seu nome negativado no SCPC da ACISC-São Carlos, por iniciativa da ré, conforme fl. 13. A suposta dívida era de R\$ 50,80, vencida em 10.06.2009. Acontece que não aportou nos autos cópia de contrato ou documento de confissão de dívida ou título executivo extrajudicial capaz de justificar a iniciativa da ré.

Exauriram-se as diligências tendentes à identificação do endereço da ré, pessoa jurídica, debalde, tanto que teve que ser citada por edital. A tese sustentada pela autora tem amparo inclusive na experiência comum, pois algumas empresas que desaparecem sem deixar seu atual endereço acabam produzindo alguns malefícios de natureza patrimonial e moral para as vítimas aleatórias de sua irresponsabilidade. Foi o que aconteceu nos autos. A autora nada deve à ré e, apesar disso, seu nome foi negativado em cadastro restritivo de crédito, averbação essa que, por si, gera danos morais à pessoa atingida por essa abusiva conduta.

Em face às circunstâncias do caso, arbitro a indenização pelos danos morais a ser paga pela ré em favor da autora o valor de R\$ 5.000,00, com correção monetária a partir de hoje, juros de mora de 1% ao mês contados da citação. Referido valor está em consonância com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

JULGO PROCEDENTE a ação para reconhecer que a autora nada deve à ré, relativamente à dívida de R\$ 50,80, vencida em 10.06.2009, pelo que ratifico a decisão de fl. 20, concessiva da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional já cumprida, condenando a ré a pagar à autora indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00, com correção monetária a partir de hoje, juros de mora de 1% ao mês contados da citação, além de 15% de honorários advocatícios a serem recolhidos ao Fundo Especial da Defensoria Pública, custas do processo e as de reembolso.

P.R.I.

São Carlos, 04 de março de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA